



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR GIL MAGNO**

**LIDO**

EM: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO

**INDICAÇÃO**  
**PROTOCOLO LEGISLATIVO**  
**PROCESSO Nº 1280/2021**

**INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE CRIAR UM INSTITUTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**

O Vereador Gil Magno, infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, ouvido o plenário, INDICA ao Exmo Sr. Prefeito Municipal a necessidade de criar um Instituto Municipal de Educação Profissional e Tecnológica.

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) Petrópolis tinha antes da pandemia de COVID 19 na faixa de 63 mil postos de trabalho com carteira assinada, após o início da pandemia caiu para 58 mil postos, hoje encontra-se na faixa de 60 mil. Em dezembro de 2020 havia 22.976 currículos cadastrados no Balcão de Empregos, sendo que 13% tem o ensino fundamental incompleto. No cadastro há cerca de 550 jovens entre 14 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental, ou seja, são evadidos da rede de ensino. De acordo com o educador Mário Sérgio Cortella ele nunca conheceu alguém que fosse analfabeto por decisão exclusiva, foi sempre pela ausência de possibilidade, a falta de ocasião, a falta de chance, a falta de oportunidade, sendo o analfabetismo um crime social.

A educação básica é oferecida pela Prefeitura de Petrópolis que responde por 73% das matrículas. Também oferece cursos para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, é necessário que a Educação de Jovens e Adultos seja oferecida de forma mais atraente em aderência com as necessidades do mercado de trabalho. Há que se questionar qual será o papel do jovem de hoje na sociedade dentro de algumas décadas, sem que possua a qualificação educacional mínima necessária. Atualmente, vagas com o mínimo de valor agregado exigem ensino médio completo. Jovens universitários são demandados a concluírem um MBA, um mestrado. Há o mantra de que é necessário saber inglês, mesmo que a grande maioria dos trabalhadores não necessitem efetivamente de um segundo idioma.

Ainda há as empresas de tecnologia da informação que se atualizam muito mais rapidamente do que a capacidade de aprendizagem de seus funcionários e demandam cada vez mais pessoal qualificado, como se os centros de educação profissionalizantes devessem suprir suas demandas a tempo e a hora. Contudo, são oportunidades promissoras de renda em que a capacitação profissional é um pré-requisito claro.

Ao longo dos anos a Prefeitura de Petrópolis tem disponibilizado prédios para os diferentes níveis de formação profissionalizante. Há parcerias importantes com o CEFET, UFF, UERJ, FAETEC, UCP, Centro de Referência da Juventude, Casa do Trabalhador, palestras de orientação sobre boas práticas no trabalho, oficinas de artesanatos, entre outras iniciativas. Mas de forma geral, são projetos específicos de determinados setores sem que estejam sob a

coordenação de uma mesma equipe. A multidisciplinaridade dos profissionais da prefeitura nem sempre convergem para objetivos comuns, não porque seja necessário a convergência, mas há a perda do diálogo que poderia ajudar na construção de um programa educacional profissionalizante baseado na transversalidade.

Além dos interesses e necessidades da população há também a necessidade de gestão educacional dos próprios funcionários da prefeitura e seus grupos de interesse. Entre as reivindicações dos conselheiros dos diferentes conselhos municipais há sempre a necessidade de cursos de atualização sobre as suas atribuições. Entre professores há a necessidade de oficinas sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre os médicos há a necessidade de atualização sobre novos tratamentos. Entre os profissionais da engenharia e arquitetura há novas regras a serem adotadas. Para os permissionários de táxis há a necessidade de cursos para melhoria do atendimento ao cliente. Enfim, há centenas de exemplos sobre os diferentes grupos de interesse da prefeitura em que a qualificação, capacitação, formação, aperfeiçoamento profissional são essenciais.

Mesmo nas salas de aula há a necessidades de se realizar oficinas vocacionais para determinar quais são as aptidões dos alunos do nono ano do ensino fundamental e apresentar quais são as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e quais cursos profissionalizantes são exigidos para o exercício da profissão.

Hoje ampliam-se os programas educacionais da União e do Estado em que há recursos para cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional que podem ser oferecidos pela prefeitura. Contudo, dada a abrangência da iniciativa é necessário a criação de um órgão próprio, independente de secretarias, mas que faça a interlocução com os mais diferentes setores, dotado de orçamento próprio e equipe técnica especializada que possa fazer a gestão do que diz respeito a educação profissional.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2021.

Sala das Sessões, 20 de Janeiro de 2021



**Gil Magno**  
**Vereador**